



PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA - TO

2016 - 2026

Realização:

Patrocínio:



**PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE
PORTO NACIONAL/TO
(2016 -2026)**

**Tocantínia-TO
2015**

MUNIZ ARAÚJO
Prefeito Municipal

SOLANGE LUCENA
Secretaria de Assistência Social

RAIMUNDA PEREIRA BRITO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Secretaria Municipal da Educação
Secretaria Municipal de Assistência social
Secretaria Municipal da Saúde
Distrito Sanitário de Saúde Indígena - DISEI
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

EQUIPE DE ASSESSORIA TÉCNICA

LaidyLaura Pereira de Araújo – Cedeca Glória de Ivone
Mariana Borges - Cedeca Glória de Ivone
Simone Pereira Brito - Cedeca Glória de Ivone

1. APRESENTAÇÃO

Este Plano é um instrumento orientador das ações municipais de enfrentamento da violência sexual e deverá ser amplamente divulgado para assegurar que crianças e adolescentes possam ter seus direitos garantidos. Assim, todas as entidades que prestam atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual no município de Tocantínia, deverão ter acesso ao plano bem como a utilização correta em sua prática institucional. Portanto, a nossa proposta é divulgar amplamente o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual por ser um instrumento de promoção, prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Espera-se que com as ações propostas neste Plano, o município, com a participação de toda a sociedade, possam juntos enfrentar esta grave violação que afeta o público infanto-juvenil. Este Plano terá vigência em um período de dez anos (2016 – 2026).

2. CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

¹A violência Sexual contra crianças e adolescentes, até bem pouco tempo, e ainda hoje, em quase todos os seguimentos da sociedade brasileira, é uma questão cercada de tabus, medos, omissões e mesmo indiferença. Felizmente, a partir da década de 1990, inicia-se um processo de mobilização de setores organizados da sociedade que lutam na defesa de direitos de crianças e adolescente e que se integra a outros movimentos sociais nacionais e internacionais, para tratar a violência sexual contra crianças e adolescentes como uma questão de natureza política, ética e de direitos humanos.

O Brasil como signatário da Convenção dos Direitos da Criança assegura na sua Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, a doutrina da proteção integral. Nessa concepção a criança e o adolescente é pessoa na condição peculiar de

¹ Texto extraído do Caderno temático. Direitos sexuais são direitos humanos de crianças e adolescentes. Comitê Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília – DF, Maio/2011

desenvolvimento e com absoluta prioridade no atendimento de suas necessidades, e ainda atribui à família, à sociedade e ao estado a responsabilidade pela garantia dos direitos assegurados em Lei. Esse novo marco legal possibilitou a criação de espaços públicos como locus do debate e reflexão crítica sobre as violações de direitos e violências contra criança e adolescente. É assim, que a violência sexual, manifesta no *abuso sexual intrafamiliar ou interpessoal e na exploração sexual comercial e não comercial* vem se incorporando na agenda pública e problematizada como crime, violação de direitos humanos e no caso da exploração sexual uma forma moderna de escravidão.

Tratar a violência sexual como uma questão pública tem levado à compreensão do problema na dimensão de um fenômeno social que se constrói com múltiplos elementos e que envolve aspectos cultural, social, econômico e político, e se expressa nas relações sociais de classe, de gênero e de raça/etnia. Com a retomada da democratização do estado brasileiro, as relações entre os governos e a sociedade civil no campo das políticas sociais foram se estreitando, o que favoreceu a expansão do movimento social e nesse contexto o movimento em defesa de direitos de crianças e adolescentes.

O marco referencial legal, teórico e de mobilização social, já referido anteriormente, tem orientado os estudiosos, pesquisadores, gestores públicos e agentes dos movimentos sociais a problematizarem o tema da violência sexual, partido da compreensão da sua natureza para elevar a questão como um fenômeno sociocultural. Daí o que se pode ter como ponto de partida para compreensão do fenômeno é tomar a **violência** como categoria explicativa das situações/manifestações geradas por relações de poder violento e dominador. Essa violência que se manifesta na negligência, castigos físicos e psicológicos, discriminação na formação das crianças, prática do trabalho infantil principalmente por crianças oriundas das camadas mais pobres das diversas sociedades humanas, e também no abuso e na exploração sexual.

No caso da violência sexual (abuso e exploração sexual comercial e não comercial) insere-se a ocorrência de relações desiguais de gênero como corte fundamental do fenômeno. É nesse sentido que, atualmente, a maior parte dos estudos analíticos e pesquisas realizadas no campo do abuso e da exploração sexual contra criança e adolescente, tem como base a teoria do poder.

“Para Vicente Faleiros, o poder violento é arbitrário ao ser “autovalidado” por quem o detém e julga-se no direito de criar suas próprias regras, muitas vezes, contrárias às normas legais”. Faleiros continua, “violência, não entendida como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo”. Portanto, os fatores que determinam as situações de violência sexual devem ser entendidos na sua complexidade e multideterminação, cujos indicadores envolvem variáveis de risco e vulnerabilidades por razões históricas, socioeconômicas, culturais e éticas. Caracterizar fatores de risco e vulnerabilidade quando se trata de crianças e adolescentes implica em considerar as relações de geração, de gênero, de raça/etnia, de desigualdade, de classe social, de condições econômicas que determinam as dinâmicas sociais e as relações interpessoais entre adultos e o seguimento infanto-juvenil.

Não há como ignorar ou desassociar a violência sexual contra crianças e adolescentes da questão de gênero. Saffioti (1998) pondera que em nossa sociedade androcêntrica e também adultocêntrica as relações de gênero são pano de fundo para a ocorrência da violência sexual. Nossa sociedade tende a aceitar que adultos exerçam o poder sobre crianças e adolescentes pela força. Conforme explica, ²Nogueira Neto, a base ontológica da luta pelo reconhecimento e fortalecimento da identidade geracional é a essência humana, negada e aniquilada pelo adultocentrismo hegemônico, mas que se deve tornar fundamento último da luta da criança e do adolescente, por melhores condições de vida e pela equidade. O Abuso e a exploração sexual ocorrem num contexto de imposição de poder, que “reflete as desigualdades socioeconômicas, raciais, étnicas e de gênero que regem nossa sociedade” (LIBÓRIO e SOUSA, 2004, p.30). É também no processo de coisificação que se revela na utilização do sujeito como objeto de desejo do outro.

² Wanderlino Nogueira Neto. Por um Sistema de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, pág. 75, 2009

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TOCANTÍNIA

A iniciativa de realizar um diagnóstico sobre a situação da infância e adolescência de Tocantína – TO se deu pela necessidade de identificar a demanda do município no que diz respeito às políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes, entendendo que o conhecimento da realidade é o primeiro passo para buscar ações efetivas no enfrentamento às vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos este público específico.

Com este diagnóstico o Município, por meio do poder público e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, tem uma ferramenta importante para a construção da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Neste sentido, a deliberação coletiva e a participação de todos os componentes, articuladas à contribuição do Município, família e sociedade civil organizada, são elementos fundantes na criação de ações de enfrentamento às violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Para a realização do diagnóstico sobre a situação da infância e adolescência no Município, utilizou-se com fonte principal de pesquisa o Censo Demográfico de 2010, o Atlas de Desenvolvimento Humanos 2013, por se tratar em muitos casos, das únicas fontes de dados confiáveis e disponíveis.

Apresentamos a seguir os indicadores sociais, os dados demográficos e perfil socioeconômico do Município com ênfase na realidade da infância e adolescência. Importa ressaltar que o referido Plano, integra uma das ações do Projeto do Projeto Farol, patrocinado pela Petrobrás e desenvolvido pelo Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes Glória de Ivone.

BREVE HISTÓRICO DE TOCANTÍNIA – TO³

³ **Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2010.

Não se tem conhecimento exato da data em que se iniciou o povoado que deu origem à cidade de Tocantínia, mas é opinião geral em que se pode fixar este acontecimento num dos anos anteriores a 1860.

O capuchinho italiano, Frei Antônio de Ganges, fundou naquela época uma catequese para os índios xerente no local próximo à fazenda do Capitão Sebastião Lopes de Almeida, à margem direita do rio Tocantins e a cinco quilômetros, aproximadamente, acima da barra do ribeirão Piabanha. Consta ter sido o capitão forçado pelos índios a abandonar sua residência, em virtude de não concordar com as providências do padre, que era as de arrematar pessoas, a fim de construir sua casa e uma capela. Conhecimento não se tem completo a respeito do desenvolvimento do incipiente povoado e mesmo do futuro distrito, que recebeu o nome de Piabanha, por existir próximo ao local do ribeirão Piabanha, muito rico em peixes com este nome.

Sabe-se, entretanto, que pouco evoluiu o povoado e após o falecimento do Frei Antonio de Ganges, em 1900, entrou em decadência. Em 1911, entretanto Piabanha já era sede do distrito, fazendo parte do município de Pedro Afonso. O distrito teve algum progresso no período áureo do garimpo de ouro e diamante existentes no local hoje denominado Lajeado. Isto nos anos de 1936 e 1937, aproximadamente. Recebeu o nome de Tocantínia em 20 de janeiro de 1936, e foi elevado à categoria de Município, pela Lei n.º 798, de 07-10-53, sendo instalado solenemente em 1º de janeiro do ano seguinte, passando a constituir-se Têrmo Judiciário da Comarca de Pedro Afonso. Em 01-02-55 foi empossado o primeiro prefeito constitucional, Tarquínio Sardinha.

Segundo o Censo IBGE 2010, o município está situado na região central do estado do Tocantins, próximo a capital Palmas. Suas terras são banhadas pelos rios Tocantins, a oeste e do Sono, a leste. Outro pequeno córrego, afluente desses cursos de águas, também banha o território municipal. Limita ao norte com Pedro Afonso; ao sul, com Porto Nacional; a leste com Lizarda; e a oeste com Miracema do Tocantins. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 9° 35' de latitude Sul e 48° 24' de longitude W.Gr., aproximadamente.

DADOS DEMOGRÁFICOS E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Neste item será apresentado um conjunto básico de indicadores acerca das características demográficas, econômicas, sociais e da gestão do município de Tocantínia – TO. Conhecer as tendências de crescimento da população, a base produtiva, mercado de trabalho e agricultura familiar, os desafios e avanços quanto à questão da pobreza, educação e saúde, assim como a capacidade de financiamento e gestão do município é etapa fundamental para elaboração de um diagnóstico situacional que sirva para definir os programas e ações estratégicas para enfrentar a violência sexual nos próximos anos. Buscou-se localizar e identificar no município a forma como a infância, adolescência e juventude estão representadas e inseridas.

Ressalta-se que a pesquisa realizada utilizou-se como principal fonte de coleta de dados o Censo do IBGE de 2010, o site do Atlas do Desenvolvimento Humanos e o Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social SAGI.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – de Tocantínia é 0,589, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,782, seguida de Renda, com índice de 0,570, e de Educação, com índice de 0,459.

Quadro 01- IDHM

Espacialidades	IDHM 2010
Brasil	0,727
Tocantins	0,699
Tocantínia (TO)	0,589

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a taxa de 1,54% ao ano, passando de 5.784 para 6.736 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,81% ao ano, e inferior a cifra de 2,10% ao ano da Região Norte.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, a população estimada do município é de 7.236 habitantes, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 2 – População

População estimada 2014 ⁽¹⁾	7.236
População 2010	6.736
Área da unidade territorial (km²)	2.601,603
Densidade demográfica (hab/km²)	2,59

⁴A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,1% em média. Em 2000, este grupo representava 6,8% da população, já em 2010 detinha 8,0% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010 (0,4% ao ano). Crianças e jovens detinham 42,7% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.470 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 38,3% da população, totalizando 2.578 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,17% ao ano), passando de 2.922 habitantes em 2000 para 3.620 em 2010. Em 2010, este grupo representava 53,7% da população do município.

⁴ **Fonte:** SAGI/MDS – Relatório de informações sociais disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal, acesso em 18/12/2014.

Sobre o número de crianças e adolescentes do sexo masculino no município de Tocantínia, os dados coletados apresentam as seguintes informações.

Quadro 3 – População infanto juvenil (sexo masculino)

Espacialidades	População masculina de 0 a 4 anos 2010	População masculina de 5 a 9 anos 2010	População masculina de 10 a 14 anos 2010	População masculina de 15 a 19 anos 2010
Brasil	7.016.987,000	7.624.144,000	8.725.413,000	8.558.868,000
Tocantins	62.124,000	67.070,000	73.785,000	70.724,000
Tocantínia (TO)	422,000	450,000	463,000	389,000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

Sobre o número de crianças e adolescentes do sexo feminino no município os dados coletados apresentam as seguintes informações.

Quadro 4- População infanto juvenil (sexo feminino)

Espacialidades	População feminina de 0 a 4 anos 2010	População feminina de 5 a 9 anos 2010	População feminina de 10 a 14 anos 2010	População feminina de 15 a 19 anos 2010
Brasil	6.779.172,000	7.345.231,000	8.441.348,000	8.432.002,000
Tocantins	60.585,000	63.933,000	70.475,000	68.595,000
Tocantínia (TO)	440,000	399,000	404,000	356,000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

TRABALHO, RENDA E POBREZA

O mercado de trabalho formal do município apresentou em apenas três anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas perdidas neste período foi de 163. No último ano as admissões registraram 444 contratações contra 231 demissões. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 411 postos, 46,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 49,6% no mesmo período.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 347 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio com 28 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 91,2% do total dos empregos formais do município. Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Administração Pública (de 53,57% em 2004 para 84,43% em 2010) e Comércio (de 4,29% para 6,81%). A que mais perdeu participação foi Serviços de 27,86% para 3,65%.

Segundo informações do Relatório de Informações Sociais – SAGI, do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, a receita orçamentária do município de Tocantínia, passou de R\$ 4,1 milhões em 2005 para R\$ 9,8 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 139,7% no período ou 24,43% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 4,43% em 2005 para 3,16% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 11,98% para 13,48%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 53,28% da receita orçamentária em 2005 para 34,78% em 2009. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 38,87% em 2009.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 a renda *per capita* da população no município de Tocantínia é 277,250, sendo menor que a renda *per capita* do Estado e do País.

Quadro 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Tocantínia – TO

	1991	2000	2010

Renda per capita (em R\$)	224,65	248,19	277,25
% de extremamente pobres	37,06	35,43	32,50
% de pobres	62,68	50,29	49,36
Índice de Gini	0,64	0,64	0,62

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 55,65% em 2000 para 50,82% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,82% em 2000 para 8,75% em 2010.

Quadro 7 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Tocantínia – TO

	2000	2010
Taxa de atividade	55,65	50,82
Taxa de desocupação	13,82	8,75
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	35,79	39,75

Nível educacional dos ocupados

% dos ocupados com fundamental completo	29,69	52,28
% dos ocupados com médio completo	18,81	43,09

Quadro 8– Rendimento médio

% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	72,77	38,02
---	-------	-------

% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	91,75	81,51
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	98,49	93,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 19,94% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 6,49% na indústria de transformação, 6,41% no setor de construção, 1,79% nos setores de utilidade pública, 5,97% no comércio e 53,14% no setor de serviços.

Educação

Crianças, adolescentes e jovens

Conforme dados da Secretaria Municipal da Educação de Tocantínia, no que se refere á violência sexual, em 2014 foram registrados os dados conforme quadro abaixo.

Quadro 9- Crianças, adolescentes e jovens

Crianças e adolescente em situação de violência	Sim	Não	Quantidade
Número de vítimas de violência sexual feminina	x		01
Número de vítimas de violência sexual masculino	x		01

Número de vítimas de violência sexual feminina negra	x		01
Número de vítimas de violência sexual masculino negro	x		01
Número de vítimas de violência sexual feminina Indígena	-	-	-
Número de vítimas de violência sexual masculino Indígena	-	-	-
Número de vítimas de violência sexual entre 02 e 12 anos	x		01
Número de vítimas de violência sexual entre 12 e 18 anos	x		01

Segundo a Secretaria da Educação a idade é entre 08 e 13 anos. Sobre o perfil geralmente são pobres, negras e que não moram com a mãe e o pai.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 68,14%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 65,19%; a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 35,61%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 31,72%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 49,51 pontos percentuais, 50,80 pontos percentuais, 29,62 pontos percentuais e 19,78 pontos percentuais.

Quadro 10– Situação escolar de crianças, adolescentes e jovens

Espacialidade	Tocantínia	Tocantins	Brasil
% de 5 a 6 anos na escola	68.14	86.87	91.12
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	65.19	87.12	84.86
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	35.61	57.15	57.24
% de 18 a 20 anos com médio completo	31.72	40.73	41.01

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Quadro 11

Espacialidades	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo 2010	% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola 2010	% de crianças de 6 a 14 fora da escola 2010	Mortalidade infantil 2010	% de crianças extremamente pobres 2010
Brasil	30,390	56,850	3,310	16,700	11,470
Tocantins	30,300	64,990	2,980	19,560	14,960
Tocantínia (TO)	41,420	75,000	14,340	21,300	39,680

Em 2010, 74,60% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 51,29% e, em 1991, 62,70%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 6,05% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 0,00% e, em 1991, 0,00%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 5,79 anos para 7,79 anos, no município, enquanto na UF passou de 7,94 anos para 9,80 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 6,47 anos, no município, e de 6,36 anos, na UF.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 22,10% para 38,34%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 18,23%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 25,95% eram analfabetos, 33,59% tinham o ensino fundamental completo, 26,94% possuíam o ensino médio completo e 5,55%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

No que se refere a taxa de analfabetismo do município, a razão da população de 11 a 14 anos que não sabe nem ler e escrever um simples bilhete é de 10,9 e a taxa de 15 a 17 anos é de 7,58, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 12– Taxa de analfabetismo.

Espacialidades	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos 2010	Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos 2010
Brasil	3,240	2,200
Tocantins	2,900	2,050
Tocantínia (TO)	10,960	7,580

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

Com relação à distorção série/idade, os dados do IBGE 2010, mostram que 24,9% de crianças e adolescentes moradores/as de Tocantínia com idades entre 6 a 14 anos, estão com dois anos ou mais de atrasos na escola e apenas 35,6% de adolescentes possui o ensino fundamental completo.

Quadro 13- Distorção série/idade

Espacialidades	% de 15 a 17 anos com fundamental completo 2010	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso 2010	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso ⁵ 2010	% de 15 a 17 anos no fundamental 2010
Brasil	57,240	15,900	19,590	27,110
Tocantins	57,150	14,570	18,800	29,340
Tocantínia (TO)	35,610	24,930	31,000	46,940

Segundo informações que constam no Sistema de Informações Sociais-⁶SAGI, das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 284 não sabiam ler ou escrever, o que representa 24,0% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 132 eram chefes de domicílio. O Censo de 2010 revelou que no município havia 274 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 92,2% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 90 crianças fora da escola

⁵ Razão entre o número de pessoas de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico regular seriado (fundamental + médio) com atraso idade-série de 2 anos ou mais e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada], na qual o número da série frequentada é 10, 11 e 12 para as pessoas que frequentam a 1ª, a 2ª e a 3ª séries do ensino médio, respectivamente. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º

⁶ Informações disponíveis em: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza, acesso em 02/01/2015.

(66,7% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 159 (26,3%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 45 estavam fora da escola (25,6% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

O município conta com 05 Escolas Municipais e um total 878 de Analfabetos. Segundo a Secretaria Municipal da Educação a Taxa de Analfabetismo é 21,12%.

DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES SOCIAIS.

Em relação aos dados de **crianças pobres, extremamente pobres e vulneráveis a pobreza** no município, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, Censo 2010, 39,68% das crianças estão na condição de extrema pobreza, 61,7% se encontra na condição de pobreza, 80,7% estão na condição de vulneráveis à pobreza. É importante ressaltar que os índices do município estão acima dos índices do Estado e do País, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 14- Crianças pobres, extremamente pobres e vulneráveis a pobreza

Espacialidades	% de crianças extremamente pobres 2010	% de crianças pobres 2010	% de crianças vulneráveis à pobreza 2010
Brasil	11,470	26,010	49,410
Tocantins	14,960	33,040	59,870
<u>Tocantínia (TO)</u>	<u>39,680</u>	<u>61,770</u>	<u>80,740</u>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 6.736 residentes, dos quais 2.287 encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00.

Isto significa que 34,0% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 2.004 (87,7%) viviam no meio rural e 282 (12,3%) no meio urbano. O Censo também revelou que no município havia 297 crianças na extrema pobreza na faixa de 0

a 3 anos e 135 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 605 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 177 adolescentes nessa situação. Foram registradas 52 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 53,2% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

Segundo informações do Relatório de Informações Sociais – SAGI, do total de extremamente pobres no município, 1.103 são mulheres (48,3%) e 1.183 são homens (51,7%). Do total da população em extrema pobreza do município, 72 (3,1%) se classificaram como brancos e 591 (25,8%) como negros. Dentre estes últimos, 55 (2,4%) se declararam pretos e 536 (23,4%) pardos. Outras 1.623 pessoas (71,0%) se declararam amarelos ou indígenas. De acordo com o Censo 2010, havia 20 pessoas extremamente pobres com algum deficiência mental. 194 tinham alguma dificuldade para enxergar; 54 para ouvir e 64 para se locomover.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No que se refere a transferência de renda o município de Tocantínia no ano de 2014, foram beneficiados pelo Programa Bolsa Família 1.128 famílias.

Quadro 15 - PBF

Programa Bolsa Família	em dez/14	acumulado em 2014
Total de Famílias beneficiadas	1.128	-
Valor Repassado	297.635,00	3.494.513,00
Estimativas		
	Famílias	Cobertura(%)
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	1.130	-
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	936	120,51

Fonte: Brasil: MDS: Sagi Relatório de Informações Sociais, 2014.

Segundo o Relatório de Informações Sociais – SAGI do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, do Governo Federal, não existem Programas da Secretaria de Segurança Alimentar disponíveis para o Município.

Quantidade de Atendimentos. Janeiro a Dezembro/2014

Total geral de atendimentos realizados: **1.055**

Famílias encaminhadas para inclusão no CADÚNICO: **69**

Famílias encaminhadas para atualização cadastral no CADÚNICO: **436**

Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC: **5**

Visitas domiciliares: **167**

Ressalta-se que não há no município informações sobre a população indígena no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social. O GT procurou o DISEI, e solicitou as informações por meio de ofícios, porém não foram disponibilizadas as informações alegando que tais dados são de cunho sigilosos.

Conforme dados informados pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Tocantínia, foram registrados em 2014, 07 Processo de Guarda de crianças e adolescentes; medidas protetivas foram 04; 01 caso de abandono; medidas socioeducativas 01; Tutela 02; Homicídios 01.

Conforme informações da Secretaria de Gestão da Informação (SAGI), com base em dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011, o município não possui Conselho de Igualdade Racial. O município declarou não possuir programas ou ações de promoção da igualdade racial. Com base em dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009, o município não possui Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar.

Em relação ao Conselho Municipal de Direitos Humanos, o município declarou não possuir. Com relação à existência de programas ou ações que possam contribuir no esforço de enfrentamento da vulnerabilidade à violência contra a juventude, especialmente negra, o município declarou existência/inexistência dos seguintes programas, de acordo com a tabela abaixo:

PROGRAMAS OU AÇÕES EXISTENTES ou não NO MUNICÍPIO

Combate à discriminação nas escolas - Não possui
Combate à violência nas escolas – Possui sim são todas as atividades extracurricular dentro da escola
Programas ou ações de proteção de pessoas ameaçadas de morte - Não possui
Enfrentamento à violência letal contra crianças e adolescentes – Não possui
Atendimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte – Não Possui

Fonte: SAGI – Relatório de Informações Sociais/MDS, 2014. Disponível em:

http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades_pop, acesso em 12 de setembro 2014.

Ressalta-se que o município declarou não possui o Plano municipal de atendimento socioeducativo. De acordo com os registros do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas), em novembro de 2013 foram registradas 4 famílias em acompanhamento pelo PAIF, onde 1 Família encontrava-se em situação de extrema pobreza. Nesse mesmo período, foram contabilizados um total de 158 atendimentos individualizados no CRAS do município.

No município não possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o que dificulta o atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

TRABALHO INFANTIL

Sobre o Trabalho Infantil no município de Tocantínia, não há registros nos atendimentos da Secretaria de Assistência Social, e no Conselho Tutelar, porém, segundo o IBGE, Censo 2010, o município possui 1.359 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos em ocupação irregular. De acordo com as informações do ⁷Censo IBGE, a investigação do tema trabalho do Censo Demográfico não foi destinada a captar todas as condições definidas na legislação para caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de

⁷ Informações disponíveis em <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/index.html>, acesso em 15/04/2015.----

separar aqueles efetivamente em trabalho infantil. Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege a proteção trabalhista dos menores de idade para a sua admissão em emprego.

Também, não foi identificado no município programas, projetos ou ações de incentivo a cultura, esporte e lazer para crianças, adolescentes.

SAÚDE

Em relação a mortalidade infantil em Tocantínia, o Censo do IBGE 2010, mostra que 21,3% das 100 crianças nascidas vivas, deverão não sobreviver ao primeiro ano de vida. No tocante ao IDHM Longevidade, o Censo registrou um índice de 0,782.

Quadro 16 – Mortalidade, esperança de vida, IDHM

Espacialidades	Esperança de vida ao nascer 2010	Mortalidade infantil 2010	Mortalidade até 5 anos de idade 2010	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos 2010	IDHM Longevidade 2010
Brasil	73,940	16,700	18,830	94,370	0,816
Tocantins	72,560	19,560	21,050	95,430	0,793
Tocantínia (TO)	71,890	21,300	22,870	95,050	0,782

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

O Quadro abaixo mostra o percentual de meninas de 10 a 17 anos que tiveram filhos/as no município de Tocantínia. Segundo o censo IBGE 2010 9,3% das meninas que vivem no município tiveram filhos/as. No que diz respeito às mães chefes de família 11,54% não possui ensino fundamental e tem filhos/as menores de idade.

É importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Em relação ao **saneamento e moradia dos domicílios**, os dados do IBGE, Censo 2010, conforme mostra o quadro 11, em

2010, o município contabilizou um percentual de 7,79% de domicílios que não contava com energia elétrica em suas residências, 20% destes domicílios permanentes possuía paredes inadequadas, ou seja, as paredes não são de alvenaria, nem de madeira aparelhada. 262 pessoas extremamente pobres (11,4% do total) viviam sem luz, 393 (17,2%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 2.236 (97,8%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 1.855 (81,1%) não tinham o lixo coletado.

Quadro 17– Gravidez na adolescência

Espacialidades	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos 2010	% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família 2010
Brasil	2,890	17,230
Tocantins	4,090	17,920
Tocantínia (TO)	9,330	11,540

Quadro 18– Situação dos domicílios

Espacialidades	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica 2010	% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas 2010	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados 2010
Brasil	1,420	3,420	6,120
Tocantins	5,260	8,060	8,070
Tocantínia (TO)	7,790	20,080	2,560

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

De acordo com informações do Relatório de informações sociais – SAGI, 1.223 pessoas extremamente pobres (53,5% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. Ressalta-se que não foram disponibilizadas informações sobre a situação da população indígena do município.

Com relação ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente percebeu-se diversas fragilidades, entre elas a total desarticulação da rede de atendimento, não há registros nas bases de dados dos órgãos, além da falta de serviços, programas e projetos voltados para crianças e adolescentes, tanto para o enfrentamento da violência, como para a prevenção.

4. O Plano municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: diretrizes e objetivos

Com a intenção de assegurar os direitos sexuais e reprodutivos das crianças e dos adolescentes em situação de violência sexual, os Planos de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes consistem em fomentar um conjunto de ações organizadas de forma a permitir uma intervenção política, técnica e financeira para o enfrentamento da violência sexual infanto juvenil (Brasil, 2001).

Neste sentido, plano de Tocantínia será executado num período de 10 (dez) anos, conforme preconiza o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, com metas, prazos e ações definidas. O quadro operacional, de acordo com última revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes realizada em 2012, está estruturado em torno de seis eixos estratégicos os quais deverão ser seguidos no âmbito municipal.

4. OBJETIVOS DO PLANO

4.1 GERAL

Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Tocantínia.

4.2 ESPECÍFICOS

- Promover ações de prevenção, articulação e mobilização em torno da violência sexual.
- Fortalecer as ações de defesa e responsabilização, com garantia de direitos a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.
- Garantir o atendimento especializado às crianças e adolescentes com direitos sexuais ameaçados ou violados.
- Contribuir para a execução da Política de Assistência Social, através de ações prioritárias, baseado no princípio da equidade.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual é formado por seis eixos estratégicos que configuram a operacionalidade das ações a serem executados, os responsáveis e os parceiros.

- **Prevenção:** Este eixo tem o objetivo de assegurar ações preventivas prevenção, que evitem ou minorem os riscos de violência praticados contra crianças e adolescentes possibilitando-lhes orientação para o fortalecimento da autodefesa.
- **Atenção:** Este eixo tem o objetivo de assegurar ações que garantam o atendimento integral com base no respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pressupondo o desenvolvimento de ações articuladas e que dêem conta do contexto multidimensional em que está configurada a violência sexual, com aspectos relacionados à cultura, à economia e às características psicoemocionais dos indivíduos envolvidos, e que não poderão/deverão ser respondidas por uma única instituição ou política pública.

- **Defesa e Responsabilização:** Trata-se de instrumento disponíveis aos atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos para contraporem-se as ameaças e violações aos direitos da criança e do adolescente. Responsabilização refere-se a sanções cabíveis, através de medidas judiciais aos que praticam violências contra crianças e adolescente, é também garantir às vítimas e seus familiares o direito de acessar à justiça.
- **Comunicação e Mobilização Social:** Este eixo garantirá ações que possibilitem a avaliação da qualidade e o potencial da mobilização e realização de ações de enfrentamento no município, envolvendo todos os atores que tem incidência sobre o tema, a representatividade e pertinência da participação das instituições envolvidas e o grau de comprometimento com as demandas pactuadas, comprometendo a sociedade nas ações do Plano.
- **Participação e Protagonismo:** Trata-se de garantir o direito de crianças e adolescentes à participação ativa. Assim, o processo de definição de indicadores para o eixo de protagonismo (participação), considera a proporção do número de crianças e adolescentes em espaços de garantia e promoção de seus direitos; a qualificação da participação de crianças e adolescentes em fóruns, encontros e programas que promovam e defendam seus direitos; a inclusão de sugestões das crianças e adolescentes no processo de formulação de programas de prevenção e atendimento; a qualificação da prática das instituições que trabalham com crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de assegurar a efetiva participação desses grupos etc.
- **Estudos e Pesquisa:** Os indicadores deste eixo pretendem inferir o nível de efetivação na realização de estudos quantitativos e qualitativos da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes no território municipal, com ênfase nas proporções estabelecidas a partir dos conceitos de direitos trazidos pelos documentos internacionais e na legislação nacional, bem como a capacidade de organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da violência sexual e as possibilidades e cenários futuros.

Além dos eixos estratégicos, integra este Plano, a matriz de avaliação e monitoramento, que pretende apontar, avaliar e monitorar as ações e efetividade deste plano.

O plano surgiu como fruto de um grande esforço coletivo dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com o apoio técnico do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone, por meio do Projeto Farol, patrocinado pela Petrobrás. Respectivamente, estes eixos contribuirão para informar, orientar e capacitar continuamente os profissionais envolvidos na prevenção, atendimento e proteção à violência sexual, avaliar e acompanhar periodicamente a efetividade das ações do Plano Municipal.

Agora, Tocantínia tem um grande desafio em concretizar as ações de enfrentamento de forma integrada entre as diversas áreas de atuação, levando em conta as suas especificidades e assegurando desta forma, o fortalecimento do sistema de garantia de direitos. O problema é grande, e o desafio maior ainda, mas o esforço conjunto do Poder Público e da Sociedade Civil poderá mudar a realidade em que muitas crianças e adolescentes estão vivendo, e tornar-se um dos municípios do Tocantins, referência no que se refere à política pública de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

6. METODOLOGIA UTILIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO

Para a elaboração deste plano, primeiramente foi realizado um Colóquio sobre violência sexual com a participação de todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos, na ocasião foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo do Município (DRP). Após a constituição do GT, os membros receberam assessoria presencial e à distância para a elaboração do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes. O GT recebeu todas as orientações sobre o processo de elaboração de um plano, bem como assessoria técnica no levantamento de informações secundárias para integrar o DRP.

Para elaboração do DRP o Grupo de Trabalho foi dividido conforme os 06 (seis) eixos do plano. Para tanto, foi levado em consideração as áreas de atendimento/atuação dos/as participantes, a saber: promoção, defesa e controle social. Na primeira reunião foram distribuídas planilhas para cada grupo, a fim de coletar os dados do município sobre a situação da infância e adolescência, na segunda reunião foram pactuadas as planilha e em seguida foram organizados os dados coletados.

Após a organização e sistematização do diagnóstico, realizou-se um encontro para apresentação das informações à comunidade local. Em seguida o GT deu início ao processo de construção do Plano Municipal de Violência contra crianças e adolescente. Na etapa seguinte o plano passou por revisão textual pela equipe de assessoria do Cedeca e em seguida, foi encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para as deliberações e encaminhamentos necessários.

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Município de Tocantínia é um marco na política de atendimento a crianças e adolescentes, tendo em vista que não há estratégias para prevenir e enfrentar, de forma integrada e intersetorial, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, este Plano, feito a muitas mãos, pretende ser uma ferramenta eficaz para enfrentar essa grave violação aos direitos humanos de meninos e meninas moradores e moradoras do município de Tocantínia. A elaboração desse Plano se deu pela necessidade em dar respostas concretas à violência sexual neste município.

Este Plano foi elaborado à luz do Plano Nacional e Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, respeitando as especificidades do município e está fundamentado na Constituição Federal de 1988 (art. 227 da CF), e no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 80.69/90.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O monitoramento do plano de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do município de Tocantínia, ocorrerá por intermédio do Observatório dos Direitos Humanos da Criança e do adolescente, articulando-se com a rede de enfrentamento da violência sexual, sem prejuízo da ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como instância que delibera, controla e acompanha a sua aplicabilidade.

O Observatório é uma ferramenta de trabalho que o CEDECA Glória de Ivone utiliza para monitorar a política de enfrentamento a violência e a exploração sexual no estado do Tocantins. Para isso será criada uma matriz de monitoramento, com indicadores básicos para subsidiar o monitoramento do plano, dos programas e projetos, as ações, as estratégias, o cronograma de execução e orçamentos, enfim,

verificar se há compatibilidade entre ações previstas e executadas e o status das mesmas, conforme descrito e previsto no plano de enfrentamento da violência.

As ações desenvolvidas pelo município serão identificadas e visibilizadas pelo observatório por meio de site no sítio do CEDECA/TO. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá dar continuidade às ações de monitoramento, como forma de garantir a execução das ações previstas no Plano.

8. MATRIZ OPERACIONAL DO PLANO

EIXO – PREVENÇÃO		
Objetivos: Prevenir situações que vulnerabilizam crianças e adolescentes aos riscos de violências sexuais.		
Ações	Responsável (is)	Parceiros
Realizar palestras educativas de orientação sobre violência sexual nas escolas.	Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Especial)	Ministério Público, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Secretaria Municipal de Educação.
Desenvolver oficinas nas escolas para orientação das crianças e adolescentes contra a violência sexual com o uso das tecnologias.	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
Elaborar e distribuir folders educativos nas escolas abordando a temática violência sexual.	Secretaria Municipal de Assistência Social e da Educação	Ministério Público, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
Promover o acesso de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e suas famílias nas políticas públicas.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria da Educação e Conselhos Tutelares.	Governo Estadual e Municipal.

Desenvolver políticas de informação acerca dos tipos de violência contra criança e adolescentes e famílias.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria da Educação e da Saúde.	Governo Estadual e Municipal.
Assegurar a articulação intersetorial da política da criança e do adolescente com as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e outras.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria da Educação e da Saúde.	Governo Estadual e Municipal
Envolver as redes familiares e comunitárias na prevenção da violência sexual.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria da Saúde.	Governo Estadual e Municipal, Sociedade Civil e Iniciativa Privada.
Realizar orientação sobre prevenção da violência sexual para profissionais da educação, da saúde e da assistência social.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Tutelar.	Governo Estadual e Municipal, ONGs, Fórum DCA, Cedeca Glória de Ivone.
Produzir materiais informativos a respeito da localização e acesso aos serviços de atendimentos da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria Municipal de Assistência Social.	Governo Estadual e Municipal, Sociedade Civil, Iniciativa Privada, CEDCA e Cedeca Glória de Ivone.
Desenvolver ações educativas/formativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes para a prevenção ao abuso e /ou exploração sexual de crianças e adolescentes visando garantir os seus direitos sexuais	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde.	CMDCA, Fundação Fé e Alegria, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone.
Promover a formação continuada para agentes do sistema de garantia de direitos.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, Conselho Estadual da Criança e Adolescente – Cedca	Conselho Municipal da Criança e Adolescente - CMDCA

Realizar ações de sensibilização, incluindo campanhas de prevenção às ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal da Educação.	Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CEDCA e Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone.
---	--	--

Indicadores de Monitoramento

1. Número de profissionais que receberam formação.
2. Número de impressão de informativos.
3. Número de reuniões de articulação intersetorial.
4. Número de campanhas realizadas.

EIXO – ATENÇÃO

Objetivos: Garantir o atendimento especializado e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, respeitando as diversidades de condição étnico-racial, gênero, religião cultura, orientação sexual etc.

Ações	Responsável (is)	Parceiros
Universalizar do acesso às políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual e suas famílias, de forma integral e intersectorializada, com a qualificação de programas e profissionais, especialmente, das áreas de saúde, educação e assistência social, esporte e lazer, respeitando as diversidades.	Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria do Esporte e Secretaria de Assistência Social.	Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI, Sociedade civil, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Tutelar.
Implantar programas intersectoriais e serviços destinados ao atendimento e acompanhamento da pessoa que comete violência sexual contra crianças e adolescentes e seus familiares, com definição de parâmetros, considerando os aspectos culturais, sociais e de saúde.	Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social.	Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social
Pactuar fluxos e/ou protocolos de procedimentos entre as diversas instâncias encarregadas de assegurar atendimento a criança e adolescente em situação de abuso e/ou exploração sexual, os familiares, bem como à pessoa que comete abuso e/ou exploração sexual, considerando as suas especificidades.	Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria do Esporte e Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Conselho Tutelar, Delegacias, Ministério Público.	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente- CMDCA
Garantir o acolhimento institucional a crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual, em casos de excepcionalidade.	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA
Garantia de Recursos Municipais para execução da política de enfrentamento a violência.	Governo Estadual e Municipal e Poder Legislativo	Ministério Público e Sociedade Civil Organizada.

Implantar os Serviços de Família Acolhedora	Secretarias Estadual e Municipais de Assistência Social	Ministério Público, ONGs, Defensoria Pública, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Tutelar e Comissão Estadual Intersetorial Pró-Convivência Familiar e Comunitária.
Ampliar os Serviços de Atendimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	Governo Federal, Estadual e Municipal.	Conselho Estadual de Assistência Social – CMAS e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA e CIB.
Mapear e identificar a rede de atendimento à criança e ao adolescente no âmbito municipal.	Secretarias Municipais e Estadual de Assistência Social.	Conselhos Tutelares e de Direitos, Conselhos de Assistência Social, Entidades de Atendimento, Assessoramento e Defesa de Direitos, Órgãos Governamentais, Universidades, Secretaria da Saúde.
Realizar capacitação técnica permanente dos atores que compõe a rede de proteção.	Governo Estadual e Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Universidades e Profissionais da Saúde.	Universidades e Secretaria Municipal de Saúde.
Realizar Estudo de Caso a partir de situações	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do	Governo Estadual e Municipal,

emblemáticas e de grande comoção social.	Adolescente Glória de Ivone, Ministério Público e Centros de Referência de Assistência social – CRAS	ONGs e Universidades.
Realizar monitoramento sócio-jurídico com responsabilização criminal do agressor e encaminhamento para os serviços de reabilitação social.	Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Assistência Social.	Governo Estadual e Municipal e Sistema de Justiça.
Garantir atendimento especializado psicossocial às pessoas e famílias em situação de violência de forma integrada na rede.	Secretaria Municipal de Saúde (SAVIS), Conselho Tutelar, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.	Entidades Prestadoras de Serviço da Rede de Proteção e Atendimento, CMDCA, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.
Implantar e implementar os Serviços de Atenção Integral a Pessoas em Situação de Violência Sexual.	Secretaria Estadual e Municipal da Saúde	Ministério da Saúde
Elaboração do Protocolo de Atendimento às pessoas em situação de violência sexual	CEDECA Glória de Ivone, Secretarias municipais da Saúde ^o e Secretaria Municipal de Assistência Social	Ministério Público, Fórum DCA, CMDCA, Conselho tutelar, Defensoria Pública, CRAS, Polícia Militar, Secretária da Saúde.

Indicadores de Monitoramento

1. Levantamento da quantidade de casos notificados.
2. Quantidade de pessoas atendidas nos Serviços de Atendimentos às pessoas em Situação de Violência Sexual, com recorte de idade;
3. Número de pessoas no acolhimento institucional;

4. Número de serviços estruturados para o atendimento da pessoa que comete violência sexual contra crianças e adolescentes;
5. Pactuação do protocolo e fluxo de atendimento às pessoas em situação de violência sexual;
6. Número de profissionais especializados e a quantidade que receberam formação.

EIXO - DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO		
Objetivos: Garantir a proteção jurídico-social a crianças e adolescentes.		
Ações	Responsável (is)	Parceiros
Encaminhar os casos de violência sexual para a rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente	Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Secretaria de Assistência Social	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Escolas
Garantir condições de trabalho ao Conselho Tutelar de acordo com a lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.	Governo Municipal e Câmara de Vereadores	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Ministério Público
Articular e mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, no sentido de cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais leis específicas, bem como efetivar as mudanças necessárias na mesma.	Ministério Público Estadual (Caopij), Defensoria Pública.	Câmara de Vereadores, Poder Judiciário, CEDECA Glória de Ivone, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Fórum DCA/TO.

Agilizar e facilitar o recebimento, encaminhamento e resolução das denúncias de violações sexuais à criança e ao adolescente.	Conselhos Tutelares, Delegacias Especializadas de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Ministério Público, Defensoria Pública.	Governo Municipal, Sistema de Justiça e Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD.
Criar e instalar a Frente Parlamentar em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes.	Câmara dos Vereadores.	Governo Municipal e Poder Legislativo.
Efetivar políticas, programas e ações que garantam a integridade física, de saúde, psicossocial e jurídica de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Saúde, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Governo Municipal, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública
Fortalecer os órgãos que compõem o Sistema de Garantia no âmbito da defesa e responsabilização.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Saúde, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Governo Municipal, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública .
Implantar e implementar a notificação compulsória por parte dos profissionais da educação, saúde e assistência social com base nos artigos 13 e 245 do ECA.	Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Assistência Social e Conselhos Tutelares.	CEDECA Glória de Ivone, Ministério Público Estadual e Delegacia da Infância.
Fortalecer o Conselho Tutelar para o enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual.	Governo Municipal/Secretarias de Assistência Social	Escola de Conselhos e Ministério Público Estadual
Implantar no município o núcleo de atendimento integrado às crianças e adolescentes em situação de abuso ou exploração sexual.	Governo Municipal, Secretaria Municipal de Saúde, Secretarias de Assistência Social e Conselhos Tutelar	Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário

Indicadores de Monitoramento

1. Número de serviços especializados em apurar crimes contra crianças e adolescentes.
2. Número de serviços especializados de denúncia e notificação de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.
3. Número de autuações lavradas pelos órgãos competentes para erradicação das piores formas de trabalho infantil, com foco na exploração sexual de crianças e adolescentes.
4. Número programas de capacitação e profissionais capacitados nos sistemas de Segurança e Justiça para atuarem no enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.
5. Número de escolas, unidades de saúde e da assistência social que adotaram a ficha de notificação compulsória em casos de abuso e/ou exploração sexual - Total de escolas e unidades de saúde e assistência social.
6. Conselho Tutelar fortalecido e em pleno funcionamento, com todas as condições de trabalho.

EIXO - PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO		
Objetivos: Desenvolver espaço para o exercício do direito à participação de crianças e adolescentes.		
Ações	Responsável (is)	Parceiros
Garantir a participação dos adolescentes nos Conselhos deliberativos	Secretaria Municipal de Assistência Social	Todos os conselhos deliberativos e Grêmios Estudantis
Realizar conversas e discussões com metodologia apropriada para adolescentes sobre o assunto dos	Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Assistência	Universidades.

direitos sexuais e reprodutivos.	Social.	
Garantir a formação política para adolescentes/alunos e educadores acerca do papel do grêmio estudantil na garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal da educação e Secretaria Municipal de Assistência Social.	Grêmios Estudantis e Cedeca Glória de Ivone
Garantir a participação de adolescentes no monitoramento do plano municipal de enfrentamento da violência sexual.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.	Cedeca Glória de Ivone, Fórum DCA/TO e Rede de Adolescentes Protagonistas.
Realizar oficinas de educomunicação, teatro e música nos programas e projetos municipal.	Secretaria da Educação, Cultura, Lazer e Assistência Social.	Poder Executivo Municipal
Promover programas e projetos que fomentem a participação de adolescentes nos poderes legislativo, executivo e judiciário.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.	Câmara de Vereadores e Governo Municipal.
Promover programas e projetos que criem e promovam a sustentabilidade das Redes Municipais de Adolescente e da Rede Estadual de Adolescentes.	Secretaria Municipal da Juventude, Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da assistência Social.	Cedeca Glória de Ivone
Produzir materiais que fortaleçam a voz dos/as adolescentes, por meio de periódicos, jornais locais, expressões artísticas e meios de comunicação.	Secretaria Municipal da Cultura e Secretaria Municipal da Assistência Social.	Cedeca Glória de Ivone e Universidades

Indicadores de Monitoramento

1. Número de adolescentes que participam do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.
2. Número de grêmios estudantes instituídos, em funcionamento e fortalecidos.
3. Número de Programas e Projetos que promovem o direito à participação de crianças e adolescentes.
4. Número de adolescentes que participaram de formações políticas.
5. Quantidade de produções de materiais impressos ou audiovisuais dos/as adolescentes sobre sua participação nos espaços políticos e nas formações contidas neste plano.
6. Rede Municipal de adolescentes em funcionamento e fortalecida.

EIXO - COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Objetivo: Fortalecer as articulações locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros.

Ações	Responsável (is)	Parceiros
Divulgar os serviços da Rede de Proteção da Criança e do adolescente através dos meios de comunicação.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Assessoria de Comunicação.	Ministério Público, Fórum DCA/TO, CMDCA, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Escolas.
Mobilizar e articular a sociedade civil e a mídia, para o enfrentamento à situação de violência contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Governo Municipal, ONGs, Cedeca Glória de Ivone.
Promover a integração dos diferentes conselhos setoriais para a construção de políticas articuladas de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Governo Municipal e Sociedade Civil.
Incidir junto ao conselho municipal dos direitos da criança e dos adolescentes para efetiva destinação de recursos em seu respectivo fundo para o enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual	Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.	Governo Municipal, Sociedade Civil e Câmara de Vereadores.
Fomentar o engajamento de setores empresariais e comerciais estratégicos, tais como Sistema S, turismo, transporte, centrais de abastecimento, entre outros, e segmentos de trabalhadores e associações para que	Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.	Governo Municipal e Iniciativa Privada.

<p>promovam intervenções, que contemplem ações como campanhas em suas cadeias produtivas e capacitação de trabalhadores, sensibilizando-os sobre a temática do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.</p>		
<p>Fortalecer as ações de mobilização do dia 18 de Maio, reafirmando os direitos humanos sexuais de crianças e adolescentes e do símbolo da luta, a Flor e o slogan “Faça Bonito- Proteja nossas crianças e adolescentes”.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e ASCOM.</p>	<p>Governo Municipal, Sociedade Civil, Cedeca Glória de Ivone.</p>
<p>Desenvolver campanhas de prevenção ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes e de ações de sensibilização e mobilização de grupos específicos e comunidade em geral, articulando com outras campanhas de direitos humanos.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ASCOM e Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.</p>	<p>Governo Municipal.</p>
<p>Sensibilizar e mobilizar a mídia local com qualificação dos profissionais de comunicação, para a construção e divulgação de ações positivas de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente- CMDCA.</p>	<p>Poder Executivo Municipal, Sociedade Civil, ASCOM.</p>
<p>Articular e envolver organizações públicas e privadas em ações de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes em suas diferentes modalidades.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho e ASCOM</p>	<p>Governo Municipal e Sociedade Civil.</p>

Ocupar espaços na mídia e na internet para prevenção e proteção da violência sexual contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho e ASCOM.	Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone e Iniciativa Privada.
Realizar Audiências Públicas com incidência do poder Legislativo, bem como, a constituição de uma Comissão Permanente em prol da criança e do adolescente, visando o enfrentamento de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente aquelas relacionadas ao abuso e/ou exploração sexual.	Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA e Câmara dos Vereadores	Universidades, Cedeca Glória de Ivone, Fórum DCA/TO, Fundação Fé e Alegria.

Indicadores de Monitoramento

1. Existência de recursos no fundo municipal pelos direitos da criança e do adolescente destinado às ações de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual.
2. Número de denúncias de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes que chegam aos canais de denúncia, atestando o maior grau de sensibilidade da população para enfrentar o problema.
3. Número de campanhas realizadas e de empresas e trabalhadores sensibilizados/capacitados sobre a temática.
4. Número de iniciativas, audiências públicas e CPIs no âmbito do poder legislativo municipal relacionados aos direitos humanos de crianças e adolescentes e, especialmente às situações de abuso e/ou exploração sexual.
5. Número de mobilização relativa ao dia 18 de Maio, adotando o símbolo e slogan do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

6. Número de matérias veiculadas na mídia municipal e número de profissionais capacitados na temática do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes
7. Análise do nível de incidência do tema do enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes nas redes sociais e novas ferramentas de comunicação.

EIXO - ESTUDOS E PESQUISAS		
Objetivos: Estabelecer visões por meio de atividades de pesquisa e de formação com o intuito de compreender e explicar o fenômeno da violência sexual.		
Ações	Responsável (is)	Parceiros
Criar banco de dados com informações sistematizadas sobre violações contra crianças e adolescentes	Secretaria Municipal de Assistência Social	Universidades e Cedeca Glória de Ivone.
Fomentar e financiar a produção de estudos e pesquisas sobre as diversas configurações do abuso e ou exploração sexual de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia.	Universidades, Governo Municipal e ONG's.
Realizar estudos e pesquisas qualitativas e quantitativas sobre violência sexual.	Universidades, Secretaria Municipal de Assistência Social.	Entidades Não Governamentais e CMDCA.
Identificar os serviços, programas e projetos existentes.	Secretaria Municipal de Assistência e CMDCA	Universidades, Órgãos Públicos e Entidades não governamentais.
Levantar a dotação orçamentária, inclusive no tocante à inserção no PPA, LDO e LOA identificando os recursos financeiros disponíveis de forma a incentivar a denúncia da insuficiência, cortes e desvios de recursos	Secretaria Municipal de Planejamento, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria Municipal de Assistência Social.	Universidades, Órgãos Públicos e Entidades Não Governamentais, Sociedade Civil e Ministério Público.

financeiros, onde houver.		
Realizar eventos para avaliação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA Secretaria Municipal de Assistência Social.	Universidades, Fórum DCA/TO e CEDECA Glória de Ivone
Realizar pesquisa sobre a resolubilidade da rede nos casos de violência sexual.	Cedeca Glória de Ivone e UNITINS.	Entidades Prestadoras de Serviços de Atendimento, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Secretaria Municipal da Saúde, Poder Público Estadual e Municipal.
Criar mecanismos de divulgação ampla (boletins, site, jornais ou outras iniciativas) dos resultados dos trabalhos de monitoramento e avaliação do Plano.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA Secretaria Municipal de Assistência Social.	Governo Municipal, Universidades, Fórum DCA/TO, Adolescentes e CEDECA Glória de Ivone
Mapear os serviços e organizações que atendem as situações de violência sexual no Estado.	Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.	CMDCA e ONG's
Monitorar o plano municipal de enfrentamento da violência sexual.	Cedeca Glória de Ivone, Universidades e CMDCA.	Secretaria de Assistência Social, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público e Sociedade Civil.
Articular os bancos de dados para disponibilizar informações acerca da violência sexual no estado.	CMDCA e Secretaria Municipal de Assistência Social	Escola de Conselhos (Unitins), Conselho Tutelar Ministério Público e Distrito de Saúde

		Indígena - DISEI.
--	--	-------------------

Indicadores de monitoramento:

1. Número de dados estatísticos levantados, analisados e divulgados;
2. Sistema de Banco de dados implantado e em funcionamento;
3. Número de pesquisas e estudos sobre os programas e projetos governamentais e não governamentais para o enfrentamento do abuso e/ ou exploração sexual de crianças e adolescentes;
4. Número de monitoramentos realizados no âmbito municipal referente ao plano de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes;
5. Percentual de recursos orçamentários destinados ao enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993.
- Site do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=17&search=tocantins>, acesso em 20 de outubro 2015.
- Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2013. Relatório de Informações Sociais – SAGI. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>, acesso em 18 de novembro 2015.
- Site do Atlas de Desenvolvimento Humanos, disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 14 de outubro de 2013.

